



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
CAMPUS III – GUARABIRA – PB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

**EXISTE DIREITO, RESPEITO E IGUALDADE PARA A CRIANÇA NEGRA NO  
BRASIL?**

**JOSENILDA RAMOS CARVALHO DA SILVA**

GUARABIRA-PB

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PRAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**JOSENILDA RAMOS CARVALHO DA SILVA**

Artigo apresentado ao Curso de Pedagogia,  
da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB,  
Campus III, em cumprimento aos requisitos  
necessários para obtenção do grau de  
Licenciatura em Pedagogia, sob orientação  
da Professora Dr<sup>a</sup>. Ivonildes da Silva  
Fonseca

GUARABIRA-PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S586e

Silva, Josenilda Ramos Carvalho da

Existe direito, respeito e igualdade para a criança negra no Brasil? / Josenilda Ramos Carvalho da Silva. – Guarabira: UEPB, 2016.  
19 p.

Artigo (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ivonildes da Silva Fonseca.”

1. Crianças Negras. 2. Direitos das Crianças. 3. Literatura Infantil. I. Título.

22.ed. CDD 028.5

JOSENILDA RAMOS CARVALHO DA SILVA

EXISTE DIREITO, RESPEITO E IGUALDADE PARA A CRIANÇA NEGRA NO  
BRASIL?

Aprovada em: 25 / 05 / 2016

Ivonildes da Silva Fonseca.

Profa. Dr<sup>a</sup>. Ivonildes da Silva Fonseca  
Orientadora

Waldecir Ferreira Chagas

Prof. Dr. Waldecir Ferreira Chagas  
1º Examinador

Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

Prof<sup>a</sup>. Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante  
2º Examinadora

GUARABIRA-PB

2016

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por chegar aqui e me conceder essa dádiva.

À minha professora Prof. Dr<sup>a</sup>. Ivonildes da Fonseca, por me aceitar como orientada e pela atenção e seriedade na condução desse trabalho. Sem seu apoio, não teria êxito.

Ao meu esposo pelo apoio, incentivo e paciência nos momentos dedicados na elaboração de atividades.

Ao meu filho, minha benção, que de longe sempre me apoia com palavras incentivadoras.

Aos meus queridos pais, irmãs, sobrinhos e cunhados pelas orações para concretização desse sonho.

Ao meu cunhado Edvaldo pela colaboração e incentivo na realização deste trabalho.

E finalmente, aos meus amigos, pessoas queridas que sempre motivaram a minha carreira acadêmica.

## **EXISTE DIREITO, RESPEITO E IGUALDADE PARA A CRIANÇA NEGRA NO BRASIL?**

**JOSENILDA RAMOS CARVALHO DA SILVA**

### **RESUMO**

Este artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso foi motivado por observações desenvolvidas a partir das vivências de anos em sala aula. O objetivo é refletir sobre como a criança negra tem sofrido tratamento desumano no decorrer da história brasileira e como vem ocorrendo mudanças, a exemplo da literatura infantil. Este trabalho baseiou-se no apoio teórico da obra de Mary del Priore, 1998 e 1999 e outros. A análise bibliográfica possibilitou de maneira geral, a observar que a produção de obras cujas personagens são crianças negras se intensificou após a Constituição de 1988 e a Lei 10.639/2003. Dessa forma, fica ressaltado que as minorias passam a ter mais espaço; mas, o respeito às diferenças ainda precisa ocorrer efetivamente nas relações sociais, especialmente na escola, para que o negro realmente seja valorizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** criança negra e escola, racismo na escola, educação anti - racista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1.1 A CRIANÇA NEGRA NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO.....	10
1.2 DIREITOS DA CRIANÇA NEGRA À ESCOLA.....	13
1.3 MUDANÇAS NA LITERATURA INFANTIL E NA IMAGEM DAS PESSOAS NEGRAS.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
REFERÊNCIAS.....	20

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho, em forma de artigo, tem como objetivo principal relevar a existência do racismo contra as crianças negras na sociedade brasileira e busca apresentar de modo sucinto, aspectos do Brasil de períodos históricos passados, nos quais a criança negra estava no papel de escravizada conforme o modelo existente.

O título “Existe direito, respeito e igualdade para a criança negra no Brasil?” justifica a atenção voltada para um olhar crítico sobre o tratamento à criança negra e a ausência desta na Literatura infanto-juvenil (e porque não dizer do próprio negro como etnia), marcada pela dominação da etnia branca europeia. Primeiro, pelo fato de essa etnia não consentir nunca em conceder protagonismo aos negros, que desde o período colonial foram submetidos à opressão pelo trabalho escravo. Segundo porque, quando da abolição da escravidão, não concedeu, aos negros, políticas sociais que favorecesse meios de produção ou de subsistência e sobrevivência.

Para realização desse artigo foi desenvolvida a metodologia da pesquisa bibliográfica de autores que discorrem sobre o tema. Segundo Lakatos e Marconi (1992, p.44) afirmam: “a pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica”.

A importância da literatura para sociedade é sobremaneira grande, por sua utilidade na transmissão de valores e concepções de mundo. Isso explica o seu uso em muitas sociedades, no sentido de estabelecer, legitimar e efetivar convenções sociais. Contudo, seu uso também se justifica no questionamento de ordens sociais vigentes e denúncia de relações sociais de exploração e injustiças sociais, como o tratamento desigual dispensado em uma sociedade aos grupos discriminados, como historicamente, ocorrem em nossa sociedade com relação aos negros, extensivo, claro, aos seus filhos, descendentes, negros e mulatos.

Abordar tais questões, lançando um olhar crítico nas formas de retratação da criança negra nas obras literárias destinadas a esse grupo específico, é a função deste trabalho de produção, pretendendo ainda demonstrar que a situação conflitante dos negros, ainda gera inquietações sociais.

O presente trabalho apresenta um histórico da criança negra no Brasil colônia, império e república, releva a conquista de direitos à educação com a



Constituição de 1988 e apresenta pontos sobre a mudança da presença negra na literatura infanto-juvenil o que vem a contribuir positivamente com sugestões que apresentem a criança negra como ser social, reflexivo e ativo.

## 1.1 A CRIANÇA NEGRA NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

Durante os períodos chamados de Brasil Colônia e Brasil Império (1500 a 1888), os negros eram retirados de sua terra natal a “mãe África” e eram trazidos à força para este país como meras mercadorias. Mercadorias inferiorizadas, exploradas por outros seres, que com visão etnocêntrica branqueada e preconceituosa, se achava em condições superiores aos negros que foram escravizados durante séculos, por representar fonte de lucro e acúmulo de capital para a economia brasileira. Segundo Florestan Fernandes os negros eram:

Sequestrados de sua terra natal e trazidos como escravos para a América, os africanos tiveram a vida e o seu destino associados a um terrível sistema de exploração do homem pelo homem. Explorados economicamente, não contavam senão como instrumento de trabalho e capital (FERNANDES, 1971, p. 21).

Segundo Del Priore, nesse mesmo contexto, as crianças negras, ora compradas, ora nascidas no Brasil, eram vistas, simplesmente como escravas e essa condição de inferioridade advinha desde o ventre materno. Se eram escravas, direitos não tinham. A educação era transmitida pelos membros das senzalas, Direito a escola, nem pensar e possuíam funções de acordo com a sua idade.

Ainda segundo a autora, até os sete anos mesmo sendo separados dos pais, obtinham cuidados devidos da união existente nas senzalas. Muitos perdiam o direito da amamentação, pois suas mães eram retiradas para serem amas de leite dos filhos dos brancos. Em sua construção de infância, até os sete anos podiam brincar com os filhos dos brancos em território limitado, isto é, somente no espaço do terreiro.

Del Priore ainda complementa que as crianças negras podiam fazer uso de brinquedos confeccionados por eles mesmos, como carrocinhas de madeira, bolinhas formadas de argila e até de bonecas de pano construídas por negras velhas das senzalas. Mesmo com direitos a brincadeiras, conheciam os seus limites, por fazerem parte do cenário de sessões de castigos sofridos por outros negros, além de ouvirem histórias de atrocidades, contadas no âmbito das senzalas.

A partir dos sete anos, as crianças escravizadas já podiam ser separadas dos pais e vendidas para trabalharem para outras famílias. Às vezes os

nobres compravam os escravos crianças com a finalidade de proporcionar uma distração para os filhos, para serem companheiros nas brincadeiras e por terem sido comprados, os maus tratos eram frequentes. Outra função a partir dos sete anos era acompanhar a mãe no trabalho em atividades da lavoura já ajudavam a plantar e colher desde a mais tenra idade.

Um dado pouco conhecido é que cerca de vinte por cento das pessoas sequestradas e traficadas eram crianças, estas, preferidas por ocuparem menos espaço e comerem menos. De forma cruel as crianças eram capturadas nas diversas áreas do continente africano ou ainda compradas aos pais por preço vil. (DEL PRIORE,1998)

Depois dos sete, deixavam de serem crianças e entravam no mundo dos adultos, mas na qualidade de aprendiz, perdiam o direito de brincar e se davam conta de sua condição de inferioridade em relação às crianças brancas, começam a prestar serviços regulares para fazer jus às despesas que ocasionam ao senhor. Por volta dos doze anos já possuíam destreza em determinadas profissões e as usavam vinculadas aos nomes, segundo Mary del Priore "Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome: Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama. Alguns haviam começado muito cedo" (DEL PRIORE,1999, p.84).

Ainda baseada em Del Priore, na fase adulta, ainda em condições de escravos, eram mercadorias de seus senhores e só possuíam condição de "livre", através da carta de alforria. Muitos preferiam permanecer em condições de escravo em troca de moradia e comida, já que a carta de alforria dava a tão sonhada "liberdade", mas nenhuma condição de sobrevivência no mundo fora e o fim para muitos em desespero, sem aceitação pela sociedade branqueada, sem perspectiva de vida era se entregar ao álcool e tornarem-se mendigos ou trabalhar como autônomo vendendo pelas ruas quitutes ou outras quinquilharias de onde advinha sua sobrevivência. (DEL PRIORE, 1999)

Em uma sociedade escravista, a necessidade de trabalhar representava o limite da pobreza. Viver da própria labuta, prescindindo do trabalho de outrem, era sinal de pobreza extrema ou de uma oscilação constante dos níveis de vida. Ainda que houvesse uma grande complexidade da sociedade imperial, acrescida da mobilidade e das diferenciações e hierarquizações das condições sociais, a

necessidade do trabalho manual era uma marca fundamental de distinção social entre a população livre e liberta. Trabalhadores braçais, serventes, domésticos, mercadores, jornaleiros, quitandeiras, costureiras, carregadores, pajens, mestres-escolas, e outras categorias de trabalhadores urbanos buscavam o seu ganha-pão diário, circulando apressados pelas ruas, dominando o espaço público, movimentando e impulsionando a vida nas cidades.

Em meio a essa população que dominava as ruas, as crianças e jovens representavam seus papéis de "pequenos agentes" na luta cotidiana. Moleques de recados, vendedores ambulantes, criados e aprendizes, as crianças populares, escravas, livres nacionais ou estrangeiras, exerceram diversas funções na sociedade e teceram com suas mãos um quinhão da história.

Quanto às crianças negras do meio rural, a partir dos sete anos eram obrigadas a trabalharem nas lavouras, plantando e colhendo acompanhando os pais ou mesmo os membros das senzalas. Subestimadas a ao trabalho dos adultos por serem mercadorias de seus senhores. Serviços pesados e brutais para tão tenra idade.

Já na república, segundo Rosa Fátima de Souza (1998) relata, as crianças negras continuaram trabalhando como escravos, pois, mesmo sendo livres não tinham em sua construção a dignidade de trabalho por salário, para sobrevivência, outros continuavam como ambulantes para ajudar nas despesas da casa. Neste interim, foram instalados vários grupos escolares, e que o movimento de renovação da escola primária empreendida pelos primeiros governos republicanos teve profundo significado político, social e cultural, não só pela difusão para o meio popular da democratização da leitura, mas pelo seu comprometimento dos ideais republicanos e com as perspectivas de modernização da sociedade brasileira.

Souza (1998) ainda afirma que em uma análise dos alunos integrantes da escola pública entre 1989 e 1932 revela o favorecimento de determinados grupos sociais e a exclusão de outros grupos. Este fato indica que o projeto de escola pública no Brasil não tinha a finalidade de oferecer o ensino público para toda sociedade. Nas últimas décadas do século XIX, o Brasil passou por um profundo significado político.

No período da Primeira República, há registros do esforço do Estado em oferecer a escolarização do trabalhador branco nacional ou estrangeiro nas escolas públicas oficiais. Nos censos escolares do início do século XX, registra a presença

marcante dos filhos dos imigrantes nas escolas públicas. De acordo com os dados apresentados por Rosa Fátima de Souza (1998, p.27) “o número de filhos de pais estrangeiros eram em algumas escolas, duas a três vezes superiores aos filhos de pais brasileiros”.

Sobre a instrução escolar dos ex-escravos no período de 1889 a 1930, há poucos registros, porém ao investigar diversas fontes primárias ou fontes secundárias que analisaram documentos, fotografias e depoimentos dessa época, encontramos alguns dados nos discursos emitidos na imprensa escrita sobre o negro no pensamento educacional brasileiro.

Rosa Fátima de Souza (1998), afirma que:

Pode-se dizer que os grupos escolares atenderam, nas primeiras décadas de sua implantação, a alunos provenientes das camadas populares, no entanto, daqueles setores mais bem integrados no trabalho urbano. Desse contingente estavam excluídos os pobres, os miseráveis e os negros. (SOUZA, 1998, p.27).

Para compreender a falta de relatos sobre a inserção do negro na escola pública brasileira, é importante frisar que os negros não tinham acesso a escola, portanto, o analfabetismo estendeu-se por longas datas, suprimindo ainda mais o desenvolvimento da criança negra letrada.

## 1.2 DIREITOS DA CRIANÇA NEGRA À ESCOLA

Os séculos da escravidão ficaram para trás e a escola até então restrita, passa a ser direito de todos, independentes de cor, raça, ou credo, de acordo com o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. Constituição Federal, 1988)

Quando a Constituição explicita que a escola é direito de todos, abre-se um leque de entendimentos claros, que em seu seio todos serão recebidos e aceitos independentes de raça, cor ou credo. E se pensarmos a escola como um espaço que reúne um conjunto de valores sociais, padrões de comportamento, princípios

morais que norteiam as relações interpessoais e interferem no processo de construção das identidades individuais percebemos que, nesse espaço não poderia adentrar preconceito e racismo, todavia, devindo de séculos carregados de racismo, nenhum ambiente social ficou livre desse mal.

Para Cavalleiro, “a escola é reconhecida como um espaço sociocultural que deve refletir nossa nação, no entanto, isso não ocorre, conforme nascimento. A Escola tem sido palco de exclusão, ou sentimento de inferiorização racial” (CAVALLEIRO, 2005, p.98).

Tomando por base o pensamento do Cavaleiro, a escola tornou-se, além de excludente, um cenário propício para a reprodução de estereótipos, isto é, a criança negra ainda é taxada como inferior por sua cor de pele, seu cabelo, seus traços físicos e principalmente por não saber se impor como negra. Dessa forma a herança enraizada de preconceitos e racismo, herdada por nós dos velhos séculos de escravidão, permanece em nosso cotidiano escolar a ponto de ser criada uma lei com a finalidade de mudar o quadro existente, nesse tocante, ocorreram importantes reformas curriculares, com questões relativas ao preconceito racial. A lei é a 10.639/03, marco na iniciativa legislativa com relação ao estudo da África nas escolas brasileiras, pois impõe o ensino obrigatório da História da África e dos africanos e da cultura afro-brasileiras, incluindo o estudo da História da África. Com isso, formaram-se as bases e subsídios para que as escolas não só valorizassem a presença, a história, a cultura e a participação dos negros na construção do país, como também problematizassem como se organizam as relações raciais na sociedade brasileira.

São ações importantes para valorização de uma cultura e história que nos foi negada, pois, afinal, somos todos afro-brasileiros, independentemente da cor da nossa pele. Já reconhecemos nossas raízes europeia e indígena, porém menosprezamos a africana. É claro que a história e cultura dos índios brasileiros ainda precisam receber a devida importância e visibilidade merecidas, e isso vem ocorrendo com a lei 11.645/08 que obriga o estudo da história e cultura indígenas no Brasil. Assim, reiteramos que com relação à identificação da cultura negra, ainda, colocamos a matriz africana como algo inferior, abaixo da cultura indígena.

Após a lei 10.639/03, debates significativos em torno do negro e de sua inserção na sociedade vêm acontecendo com maior frequência, motivando algumas experiências voltadas para a área de produção de materiais didáticos e práticas

pedagógicas que possibilitem reflexões democratizantes a propósito das relações raciais quanto às questões de ordem social, religiosa e étnica, que configuram a formação da sociedade brasileira.

O Brasil está precisando rever os seus conceitos acerca da temática racial. Para isso, novas propostas e novos olhares devem se orientar para a direção de uma sociedade mais igualitária e, conseqüentemente, mais justa e democrática. Isso é um dever de todos, pois envolve a todos, e os ganhos são em conjunto também, pois os preconceitos de qualquer ordem e, nesse caso, o preconceito racial, perpetua uma sociedade discriminadora, que privilegia ou exclui pela cor da pele ou por fenótipos.

Quando dizemos que é um dever de todos, também se inclui à lista o Estado, afinal, a Constituição Federal precisa garantir seu artigo “somos todos iguais perante a Lei”. Infelizmente ainda há pessoas que afirmam não haver racismo no Brasil ou, quando o racismo é admitido, ninguém se mostra como racista. Isso se deve ao fato de a discriminação racial se realizar, inclusive no âmbito escolar.

### 1.3 MUDANÇAS NA LITERATURA INFANTIL E NA IMAGEM DAS PESSOAS NEGRAS

Em se tratando da literatura voltada para o público infantil e juvenil, ela surgiu no Brasil no final do século XIX e início do século XX, já os personagens negros aparecem no final da década de 1920 e início da década 1930. As histórias, nessa época, mostravam as condições subalternas da personagem negra. Na maioria dessas narrativas, elas não possuíam conhecimento do mundo da escrita, considerado erudito, apenas repetiam o que ouviam de outras personagens como se não tivessem ideias e pensamentos próprios.

Segundo Negrão, as poucas personagens negras apresentadas nesse período eram estereotipadas, invariavelmente, na condição de empregada doméstica, diversas vezes retratada com um lenço na cabeça e um avental cobrindo o corpo gordo de cozinheira ou babá. (NEGRÃO, 1988 p.56). Exemplo clássico, do panorama apresentado pelo autor, é a personagem Tia Nastácia, de Monteiro Lobato, que marcou e marca a história de leitura do público infantil e juvenil até os dias atuais. (COELHO, 1985, p. 186).

Essa personagem, na condição de empregada de uma família patriarcal branca, passa a maior parte do tempo confinada em uma cozinha, espaço de desqualificação social e quando tem a possibilidade de contar suas histórias, é reprovada pelos ouvintes. Tia Nastácia não tem aliados, uma vez que seus ouvintes criticam constantemente a verossimilhança de suas narrativas e tecem avaliações negativas sobre o conteúdo de suas histórias. (LAJOLO, 1999, p. 67).

Monteiro Lobato reproduz em sua obra uma visão preconceituosa e um tratamento tipicamente racista da mentalidade da época, pois chega a identificar tia Nastácia como uma “negra de estimação”, aludindo à personagem feminina negra na condição de animal ou de objeto.

Tomando por base o histórico inicial da literatura infanto-juvenil apresentada até hoje na mídia, no âmbito escolar, fomenta as seguintes indagações: como apresentar para uma criança negra, afrodescendente sua imagem, sua identidade, se a escola não está preparada para essa realidade? Como afirmar que sua cor, seu cabelo, seus traços são lindos se ela não vivenciar isso? Como fundamentar isso na cabeça de uma criança que já se sente inferiorizada pelo seu contexto histórico? Como desfazer da mente de uma criança negra a imagem de princesas brancas e de cabelos lisos, tão impostos nos livros de literatura infantil e tão lidos e relidos cotidianamente?

Buscando soluções para essas perguntas, torna-se importante frisar que a partir do grande esforço e organização dos movimentos negros ocorridos no final do século XX e início do XXI, surge a preocupação de se apresentar uma literatura infanto-juvenil com o intuito de positivar a figura negra, apresentado suas belezas físicas, suas roupas coloridas, seus costumes e tradições. Algumas delas, com histórias de lindas princesas negras como nos contos de fada.

A partir de 2004, apoiado pela Lei 10.639/2003, essas literaturas infanto-juvenis, reunidas em um conjunto de treze, foram dispostas pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura), para todas as escolas dos níveis municipal e estadual, como suporte de apoio para serem trabalhadas interdisciplinarmente pelos professores nas salas de aula, porém constata-se que em algumas escolas ficam a disposição na biblioteca sem serem usadas. (BRASIL, MEC, 2004. p.8).

Entende-se que não será simplesmente a apresentação da figura negra apresentada nesses livros que irá desconstruir de uma hora para outra o que já estava construído há séculos, todavia, ajudará para que as crianças atuais



despertem para a negação da prática do racismo, isto é, a criança que tem vivência diária de uma fala carregada de valores e respeito, tornar-se-á sujeito que saberá respeitar as diferenças, sem preconceito. Grande parte dessa responsabilidade cabe a escola, onde deveria existir pessoas capacitadas que engrenassem a luta contra o racismo com discernimento para falar sobre a cultura afro e seus pontos principais e combater de forma conscientizadora a toda situação de constrangimento para o público assistido por ela e não silenciar como se o assunto não lhe dissesse respeito. Dessa forma podemos afirmar que:

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações sociais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamentos desse problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. (BRASIL, MEC/SEB, 2006, p.23).

Essa constatação, ocorrida em pleno século XXI de se ver o negro como marginalizado, pobre, minimizado, precisa ser mudada. Torna-se importante desconstruir esse contexto tão arraigado de atitudes preconceituosas e despretensioso de valores construído ao longo do tempo, para isso devemos criar condições para o desenvolvimento de atitudes de respeito às diversidades. Para isso, as crianças devem desde cedo aprender, principalmente no âmbito escolar a valorizar o diferente como questão rotineira e não só em datas comemorativas.

Uma possibilidade de ter respeito às diferentes etnias e inserir no cotidiano das crianças atividades permanentes de leituras, não só da história da África, mas de histórias vividas por representantes de vários grupos étnicos desempenhando os mais diversos papéis de sua cultura. A ausência de negros no papel de heróis, princesas, fadas, vilões e outros tantos arquétipos literários dificulta a valorização da diversidade. Para uma criança negra, é importante ter referências positivas da autoimagem. E para todas as crianças, isso também é positivo, pois possibilita a construção de uma imagem mais plural da sociedade.

Vale aqui salientar que não basta ler as histórias da literatura infanto-juvenil relacionadas às crianças negras, simplesmente por ler, além de uma boa

escolha, deve existir precisão e discussões sobre o tema. Para isso a literatura tem que apresentar não só a figura negra, mas, suas histórias e memórias.

É preciso muito mais que textos literários e não literários sobre a cultura afro para quebrar ainda tabus existentes na aceitação identitária da beleza, da cor, de credo, de lugar numa sociedade. É como nos fala Oliveira (2008.p.02): (...) Não basta, portanto, a mera inclusão no mercado editorial e no espaço escolar de produções literárias que apresentam protagonistas negros (as), ou que delineiam as religiosidades de matrizes africanas, a cultura afro-brasileira, o continente africano e temáticas afins, diante da propagação de inferiorização do segmento étnico racial negro nos materiais didáticos e no literário, mais ainda se faz necessário, na atualidade, redobramentos e atenção em relação as produções nesse enfoque, pois, em virtude da Lei 10.639/2003, a tendência é que haja investimento no mercado editorial, culminando com publicações reedições nem sempre elaboradas com a devida qualidade estética e temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que a tradição cultural de inferiorização e subjugação dos africanos e seus descendentes é um processo longo entranhado de racismo e que só ocorrerá mudanças quando houver vínculo de responsabilidade por parte da sociedade e principalmente da escola em desmistificar essa condição de subalterno em seres semelhantes.

Dos afrodescendentes no Brasil, é importante destacar a criança negra que vem ao longo do tempo sofrendo maus tratos e não usufruindo do direito de estudar de forma digna. Com a Constituição Brasileira de 1988, há mudanças no sentido de garantia desses direitos, mas ainda há muita responsabilidade a ser cumprida por parte do Estado.

A literatura infanto-juvenil apresentada de forma coerente na sala de aula, ao mesmo tempo em que destaca o preconceito contra o negro, representado em seus personagens infantis, procura reconstruir a autoestima, através da valorização da História da África e de valores estéticos próprios da negritude, além

de apontar para o exercício da cidadania por parte das crianças negras, que jamais deveriam ter seus valores questionados simplesmente pela sua cor.

Identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do auto-conceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade.

Valores estes que se acham deturpados por séculos de preconceito e de estereótipos impostos a nós quer pelos meios de comunicação, como pela educação que recebemos, onde desde cedo vemos princesas brancas de olhos azuis e rezamos a anjos que vemos retratados da mesma forma.

Desta forma a criança negra pode melhorar sua autoestima, resgatando sua história de vida, bem com a de seus antepassados, reconstituindo sua identidade, postando-se como elemento importante no mundo multicultural, presente com tanta força na sociedade.

Aprende a ver a si própria como um elemento construtor do mundo em que vive, e da história de seu próprio país, deixando de ser seu povo estudado apenas como simples pobres coitados que foram trazidos á força da África, e que trouxeram costumes diferentes para o Brasil e o que na realidade, sempre foi apresentado no âmbito escolar, sem ser acrescentado que suas raízes afrodescendentes ascenderam nosso país.

Fortalece-se como cidadão que passa a reivindicar seus direitos, nesse país que seus antepassados ajudaram a construir com tanto esforço, mesmo que no início de sua epopeia por estas paragens tenha sido por obrigação, mas assim que puderam, muitos escolheram para viver.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Carmem Lúcia de; CAMARGO, Márcia; SACCHETTA, Vladimir. **Monteiro Lobato: Furacão na Botocúndia**. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 1997.

**BRASIL**. Presidência da República. **Lei n. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 29 abril 2016.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na escola: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001.

COELHO, Nelly Novaes. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil**. 3 ed. São Paulo: Quíron, 1985.

DEL PRIORE, Mary. **O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia**. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **A história da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império** In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista**. In BASTIDE, Roger. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Nacional, 1971.

LAJOLO, Marisa. **Lendo e escrevendo Lobato**. In: LOPES, Eliana M. Teixeira, (org.). **Negros e Negras em Monteiro Lobato**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

NEGRÃO, E. V. **A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. **Empresas na Sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima. **Espaço da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil**. In. SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XIX**. São Paulo, 1998.